



MINISTÉRIO DO PLANEJAMENTO E ORÇAMENTO
Gabinete da Ministra
Esplanada dos Ministérios, Bloco K, 7º Andar - Bairro Zona Cívico-Administrativa
CEP 70040-906 - Brasília/DF

OFÍCIO SEI Nº 380/2025/MPO

Brasília, 31 de janeiro de 2025.

A Sua Excelência o Senhor
Deputado Federal LUCIANO BIVAR
Primeiro-Secretário
Câmara dos Deputados
Praça dos Três Poderes - Edifício Principal
70160-900 - Brasília/DF
ric.primeirasecretaria@camara.leg.br

Assunto: Resposta ao Requerimento de Informação nº 4.629/2024.

Referência: Ao responder este Ofício, favor indicar expressamente o Processo nº 03101.003723/2024-04.

Referencia: 1500542/2024.

Senhor Primeiro-Secretário,

Cumprimentando-o, refiro-me ao Ofício 1ªSec/RI/E/nº 515 de 30 de dezembro de 2024, o qual encaminha o Requerimento de Informação nº 4.629/2024, de autoria do Deputado Federal Rodrigo Valadares, que "Solicita informações a Sra. Simone Nassar Tebet, Ministra de Estado de Planejamento e Orçamento, informações acerca da elaboração de estatísticas públicas por órgãos vinculados ao Ministério."

Sobre o assunto, encaminho os documentos "Informações Gerais Prestadas pela Diretoria de Pesquisas" (47960013), Ofício nº 020/2025/IBGE (47960050), Anexo I (47960021) e Anexo II (47960029), todos do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE, bem como a Nota n. 00051/2025/CONJUR-MPO/CGU/AGU, aprovada pelo Despacho n. 00106/2025/CONJUR-MPO/CGU/AGU48(086081), da Consultoria Jurídica deste Ministério.

Anexos:

- I - Informações Gerais Prestadas pela Diretoria de Pesquisas (47960013);
- II - Anexo I - Esclarecimentos sobre a Síntese de Indicadores Sociais (47960021);
- III - Anexo II - Esclarecimentos sobre a PNAD (47960029);
- IV - Ofício nº 020/2025/IBGE (47960050); e
- V - Nota n. 00051/2025/CONJUR-MPO/CGU/AGU, aprovada pelo Despacho n

Atenciosamente,

SIMONE TEBET

Ministra de Estado do Planejamento e Orçamento



Documento assinado eletronicamente por **Simone Nassar Tebet, Ministro(a) de Estado**, em 31/01/2025, às 18:24, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site https://sei.economia.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **48091472** e o código CRC **C10D04AC**.



Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
DIRETORIA DE PESQUISAS

Informações Gerais Prestadas pela Diretoria de Pesquisas

Requerimento de Informação nº 4.629/2024

Deputado Federal Rodrigo Valadares

Ofício nº 5937/2024/MPO

Considerações Iniciais

O IBGE tem como Missão Institucional “Retratar o Brasil com informações necessárias ao conhecimento de sua realidade e ao exercício da cidadania.” Para cumprir tal missão, o IBGE possui atualmente 79 operações ativas (pesquisas, censos, cadastros, classificações, sistemas síntese etc.), que englobam estatísticas sociais e de população, econômicas, do meio ambiente, estatísticas de governança, estatísticas transversais, além de métodos e classificações, e cobrem grande parte das estatísticas oficiais brasileiras.

As estatísticas oficiais são um bem público cuja produção exige, por parte da instituição produtora, responsabilidade e compromisso com a sua credibilidade. A credibilidade é baseada na reputação e confiança dos dados da organização e reforçada com o tempo, pela adoção de princípios e valores, assim como pela busca por aprimoramento contínuo da qualidade, no âmbito da organização do ambiente institucional, dos processos estatísticos e dos produtos estatísticos.

Nesse sentido, o IBGE norteia sua produção pelos Princípios Fundamentais das Estatísticas Oficiais das Nações Unidas¹, adotados pela Comissão de Estatística das Nações Unidas na sua sessão extraordinária de 11 a 15 de abril de 1994, ratificados na sua quadragésima segunda sessão, em 2011. Esses princípios, que refletem os valores com os quais devem ser produzidas e analisadas as estatísticas, foram traduzidos e publicados pelo IBGE e estão disponíveis em: https://www.ibge.gov.br/aceso-informacao/institucional/codigos-e-principios.html?option=com_content&view=article&id=16148.

Para auxiliar a implementação desses dez princípios, o IBGE lançou em 2013, o Código de Boas Práticas (CBP) do IBGE, que teve como base o Código de Boas Práticas das Estatísticas para a América Latina e o Caribe, cuja referência é o Código de Boas Práticas das Estatísticas Europeias, adotado em 2005 pelo Eurostat. O CBP é um instrumento orientador e regulador, composto por 17 princípios e, para cada um

¹https://www.ibge.gov.br/aceso-informacao/institucional/documentos-ibge.html?option=com_content&view=article&id=16148



Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
DIRETORIA DE PESQUISAS

deles, um conjunto de boas práticas adotado pela Instituição. A última versão do CBP, revista em 2021, pode ser acessada em

https://ftp.ibge.gov.br/Informacoes_Gerais_e_Referencia/Codigo_de_Boas_Praticas_das_Estatisticas_do_IBGE_2a_edicao.pdf.

Ademais, outros códigos e princípios que regem o processo de produção de estatística do IBGE e garantem a gestão da qualidade estão disponíveis em <https://www.ibge.gov.br/acesso-informacao/institucional/codigos-e-principios.html>.

Sobre os questionamentos gerais encaminhados por meio do Requerimento de Informação nº 4.629/2024, seguem os esclarecimentos.

1. Métodos de Coleta: Quais são os métodos utilizados pelo Governo para a coleta de dados que fundamentam as estatísticas oficiais?

Atualmente o IBGE possui 79 operações estatísticas ativas, com **métodos** que variam de acordo com a temática e os objetivos da operação, sendo todos eles aderentes aos princípios estabelecidos no Código de Boas Práticas, cabendo destacar, neste caso, os princípios 7 - Imparcialidade e objetividade, 9 - Metodologia sólida e 10 - Processos estatísticos adequados, além das seguintes boas práticas:

7.1 As estatísticas oficiais do IBGE devem ser elaboradas de forma imparcial e objetiva, com base, apenas, em aspectos estatísticos

7.3 A definição de fontes de dados, métodos, processos, conceitos e meios de divulgação das estatísticas oficiais do IBGE deve ser baseada nos princípios e nas melhores práticas nacionais e internacionais

9.1 O IBGE deve definir e recomendar métodos, conceitos, classificações e boas práticas para a produção estatística em conformidade com orientações e diretrizes de aceitação nacional e internacional.



Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
DIRETORIA DE PESQUISAS

2. Periodicidade: Com que frequência são realizadas as atualizações e publicações das estatísticas oficiais?

A periodicidade de realização das operações estatísticas é planejada levando em conta os objetivos da pesquisa, a natureza do fenômeno estudado (conjuntural ou estrutural), a disponibilidade de dados secundários e a disponibilidade orçamentária.

A atualização da metodologia leva em conta princípios como Relevância, ou seja, a importância de uma pesquisa satisfazer as necessidades de informação de seus usuários, de acordo com suas demandas, assim como o princípio da Coerência e Comparabilidade.

Visando o aprimoramento da produção estatística é possível adotar novas metodologias ou revisar metodologias vigentes, porém as alterações são fruto de amplo debate interno e externo. Por meio de fóruns de discussões, constituição de comissões consultivas compostas de grupos de especialistas que discutem e avaliam as propostas técnicas do IBGE.

Ademais, segundo o documento “Política de Revisão de Dados Divulgados das Operações Estatísticas do IBGE 2ª edição”², as revisões metodológicas são planejadas e anunciadas publicamente para os usuários com alguma antecedência em relação à sua execução. As revisões visam a manutenção da comparabilidade e da coerência entre os dados, antes e depois da revisão metodológica, e garantem a qualidade e a relevância das informações. São menos frequentes do que as revisões de rotina, podendo ocorrer a cada cinco ou dez anos, por exemplo. No caso da transição da PNAD para PNAD Contínua foi realizado amplo debate, que pode ser observado no link a seguir:

<https://www.ibge.gov.br/estatisticas/metodos-e-classificacoes/outros-documentos/21089-reformulacao-das-pesquisas-domiciliares-amostrais-do-ibge.html?edicao=20041&t=o-que-e>

3. Órgãos Envolvidos: Quais entidades ou órgãos governamentais são responsáveis pela elaboração, análise e validação das estatísticas oficiais?

O IBGE possui independência institucional em relação aos organismos políticos e administrativos e a outras interferências externas, sendo o único responsável por elaborar, analisar e validar as estatísticas oficiais produzidas por ele.

4. Qualidade e Acessibilidade: Existem iniciativas em andamento para melhorar a qualidade, abrangência e acessibilidade das estatísticas oficiais?

² <https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv101637.pdf>



Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
DIRETORIA DE PESQUISAS

Sim, o IBGE possui diversas iniciativas em andamento para aprimorar a qualidade, abrangência e acessibilidade das estatísticas oficiais. Destacam-se as seguintes ações em execução:

1. Modernização da Produção Estatística

O IBGE está implementando o projeto de Modernização da Produção Estatística, que busca melhorar os processos e produtos estatísticos por meio do alinhamento às melhores práticas internacionais. Essa iniciativa utiliza como base o Modelo Genérico do Processo de Produção Estatística (GSBPM), que padroniza processos e metodologias, permitindo maior eficiência e qualidade.

O projeto incorpora:

- a. Mapeamento de Processos, uma ferramenta que identifica gargalos, atrasos e repetições, permitindo a padronização e o redesenho de processos para torná-los mais eficientes e alinhados às práticas modernas.
- b. Análise de Riscos e Melhorias, onde problemas identificados durante o mapeamento são classificados quanto ao impacto e probabilidade, e ações de mitigação ou melhorias.

Essas ações estão sendo conduzidas em diversas áreas para aprimorar a entrega de estatísticas, promover maior acessibilidade e melhorar a percepção de qualidade dos produtos.

2. Sistema de Metadados Estatísticos do IBGE

O IBGE já opera um Sistema de Metadados Estatísticos centralizado, que integra informações sobre conceitos, metodologias, processos e dados de qualidade relacionados à produção estatística. Este sistema é uma ferramenta essencial para a padronização e reaproveitamento de informações, promovendo eficiência interna e transparência externa. O sistema está disponível ao público por meio do portal de metadados do IBGE, permitindo que usuários externos acessem informações detalhadas sobre as operações estatísticas, ampliando a acessibilidade e a clareza das estatísticas oficiais.

3. *Benchmarking*

O IBGE realiza *benchmarking* continuamente, acompanhando a evolução de modelos, padrões e metodologias internacionais em estatística. Esse processo inclui a participação em eventos, o estudo de práticas de outras instituições e a promoção de debates internos para adaptar soluções inovadoras ao contexto brasileiro. O *benchmarking* contribui diretamente para o aprimoramento da qualidade, abrangência e modernização das estatísticas, mantendo o IBGE alinhado às melhores práticas globais.

4. Autoavaliação do Código de Boas Práticas das Estatísticas do IBGE (CBP)

A autoavaliação do Código de Boas Práticas das Estatísticas do IBGE (CBP) é uma iniciativa em andamento realizada periodicamente. Trata-se de uma revisão sistemática das atividades do Instituto, com base nos 17 princípios do CBP, que permite identificar pontos fortes e fracos no cumprimento das boas práticas. As autoavaliações incluem indicadores específicos



Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
DIRETORIA DE PESQUISAS

para cada princípio e permitem o monitoramento individualizado da qualidade das operações estatísticas ao longo do tempo. Com base nos resultados, são desenvolvidas ações de melhoria que fortalecem o compromisso do IBGE com a qualidade e a satisfação dos usuários.

5. Desenvolvimento e Manutenção de uma Cultura de Qualidade no Instituto

O IBGE está comprometido com o desenvolvimento e a manutenção de uma cultura de qualidade, promovendo iniciativas que reforçam a importância da qualidade em todos os níveis institucionais. Isso inclui:

- a. Comunicação Interna: Por meio da intranet institucional, o IBGE divulga informações sobre iniciativas de qualidade, resultados de projetos e boas práticas, conscientizando os servidores e promovendo o alinhamento em torno dos objetivos institucionais de qualidade.
- b. Criação e Adoção de Documentos de Referência:
O IBGE é signatário dos Princípios Fundamentais das Estatísticas Oficiais, adotados pela Comissão Estatística das Nações Unidas em 1994, que estabelecem diretrizes globais para a produção de estatísticas imparciais, relevantes e de alta qualidade. Esses princípios norteiam as ações do Instituto e reforçam seu compromisso com padrões internacionais. Além disso, o IBGE adota documentos fundamentais como o Código de Boas Práticas das Estatísticas do IBGE (CBP), baseado nos códigos europeus e latino-americanos, e a Política da Qualidade do IBGE, publicada em 2019. Esses documentos formalizam o compromisso institucional com a qualidade, a acessibilidade e a transparência das estatísticas. Todos esses marcos são amplamente disseminados entre os servidores e fornecem uma base sólida para a gestão da qualidade.
- c. Treinamento e Eventos: A qualidade é tema frequente em eventos internos, como o Seminário de Metodologia do IBGE (SMI) e o Programa de Integração de Novos Servidores (PINS), incentivando a internalização dos princípios de qualidade entre os funcionários e promovendo um ambiente de melhoria contínua.

5. Transparência: Onde o público pode acessar as metodologias utilizadas nas estatísticas oficiais e os dados que sustentam esses números?

O IBGE disponibiliza metadados, ou seja, informações sobre conceitos, metodologias, processos e dados de qualidade relacionados à produção estatística, para todas as operações estatísticas que produz. O registro dessas informações garante a transparência e permite que os usuários avaliem a forma como o dado foi obtido e sua qualidade, o que amplia seu potencial de uso e preserva a memória e o conhecimento sobre o fazer da operação estatística. Essas informações podem ser acessadas em <https://metadados.ibge.gov.br/consulta/estatisticos/dashboard> e também em <https://www.ibge.gov.br/estatisticas/todos-os-produtos-estatisticas.html>



Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
DIRETORIA DE PESQUISAS

Sobre os questionamentos envolvendo a Síntese de Indicadores Sociais e a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua encaminho documentação que apresenta o processo de produção das referidas operações estatísticas.

Por fim, considerando o exposto e a documentação referente à Síntese de Indicadores Sociais e à Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua se observa que as Coordenações da Diretoria de Pesquisas do IBGE adotam técnicas e metodologias baseadas em padrões reconhecidos e recomendados internacionalmente, de acordo com as boas práticas estabelecidas.

Rio de Janeiro, na data da assinatura eletrônica

ELIZABETH BELO HYPÓLITO
Diretora de Pesquisas



Documento assinado eletronicamente por ELIZABETH BELO HYPOLITO, Diretor, em 17 de Janeiro de 2025, às 20:22:41, horário de Brasília, com fundamento legal no § 3º do Art. 4º do Decreto Nº 10.543, de 13 de Novembro de 2020.



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <https://transparenciasda.ibge.gov.br/docs/validador.jsf> informando o código verificador 3855355711885624194 e o código CRC 8B1F0551.



Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
DIRETORIA DE PESQUISAS

ANEXO I

Esclarecimentos sobre a Síntese de Indicadores Sociais

Requerimento de Informação nº 4.629/2024

O pioneirismo do IBGE na produção de indicadores sociais remete à criação, em 1973, do Grupo Projeto de Indicadores Sociais. Essa iniciativa objetivou adequar a produção de estatísticas sociais do Brasil ao contexto internacional, então marcado por crescentes críticas ao determinismo econômico como explicação de fenômenos sociais. Partindo-se a conceituação que confere dimensão sistêmica ao campo social, a proposta desenvolvida se opunha à organização puramente temática dos indicadores sociais, sem que fossem levadas em consideração tanto as articulações existentes entre os seus múltiplos aspectos e relações quanto a necessidade do seu enquadramento em uma perspectiva histórica.

A primeira edição da *Síntese de indicadores sociais*, do IBGE, foi lançada em 1999. A publicação era composta por capítulos curtos, em torno de duas ou três páginas, tendo como principal objetivo a construção de um quadro sintético das condições de vida da população brasileira, com vistas a subsidiar os formuladores de políticas públicas em todos os níveis de governo. Em um contexto marcado pela crescente preocupação com a elaboração de políticas voltadas ao combate das desigualdades sociais, o estudo passou a ocupar importante espaço no monitoramento dessas políticas nas áreas de educação, trabalho, distribuição de renda, habitação, entre outras, procurando, da mesma forma, acompanhar o comportamento de grupos sociais sujeitos a maiores níveis de vulnerabilidade, como mulheres, crianças e adolescentes, jovens, população de cor ou raça preta ou parda, entre outros segmentos.

Nessas mais de duas décadas de existência, a *Síntese* evoluiu não apenas pela extensão de seus capítulos, ora mais robustos e analíticos, mas também pela incorporação de variados temas que compõem o campo social e que demandam, portanto, a atenção da sociedade, sobretudo dos usuários de tais informações. A progressiva inclusão de novos indicadores, a diversificação das formas de apresentação dos resultados, segundo diferentes recortes geográficos e sociodemográficos, bem como a proposição de novos temas, mantém a adequação desse estudo às questões debatidas na atualidade.

A publicação, anual, explora diferentes fontes de dados com destaque para a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios - PNAD (1967-2015) e sua sucessora, a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua - PNAD Contínua, iniciada em 2012.



Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
DIRETORIA DE PESQUISAS

Estatísticas de pobreza monetária, mercado de trabalho e acesso a benefícios sociais na Síntese de Indicadores Sociais

Desde 2017, ademais de indicadores de trabalho, educação, condições de moradia etc. a *Síntese de Indicadores Sociais* explora com a PNAD Continua indicadores relacionados a pobreza monetária, calculado com o rendimento domiciliar per capita. Como o Brasil não tem uma linha ou linhas oficiais de pobreza, a publicação constrói estimativas com as linhas mais importantes utilizadas no País (como em políticas como o Benefício de Prestação Continuada - BPC, por exemplo), em diálogo com experiências, compromissos e recomendações internacionais, como a Agenda 2030 e os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável - ODS. A seguir é reproduzida uma tabela publicada na edição de 2017 (com dados de 2016), contendo estimativas de população segundo diferentes linhas de pobreza:

Tabela 1 - Pessoas residentes em domicílios particulares, total e respectiva distribuição percentual, por classes de rendimento mensal domiciliar <i>per capita</i> selecionadas e valor de 50% da mediana do rendimento domiciliar <i>per capita</i> no nível geográfico, segundo as Grandes Regiões - 2016						
Grandes Regiões	Pessoas residentes em domicílios particulares					
	Total (1 000 pessoas)	Distribuição percentual, por classes de rendimento mensal domiciliar <i>per capita</i> selecionadas (%)				
		Até ¼ de salário mínimo (R\$ 220)	Mais de ¼ a ½ salário mínimo (R\$ 440)	Até R\$85	Mais de R\$85 a R\$170	Até US\$ 1,9 PPC 2011 (1)
Brasil	205 386	12,1	17,8	4,2	4,3	6,5
Norte	17 420	22,7	26,0	6,2	9,6	11,2
Nordeste	56 733	23,1	25,9	7,9	8,8	12,9
Sudeste	86 305	6,3	13,5	2,6	1,6	3,3
Sul	29 393	4,7	10,9	1,8	1,3	2,4
Centro-Oeste	15 534	6,0	15,2	2,2	1,8	2,9

Grandes Regiões	Pessoas residentes em domicílios particulares					Valor de 50% da mediana no rendimento domiciliar <i>per capita</i> no nível geográfico (2)
	Distribuição percentual, por classes de rendimento mensal domiciliar <i>per capita</i> selecionadas(%)					
	Até US\$ 3,1 PPC 2011 (1)	Até US\$ 5,5 PPC 2011 (1)	até 50% mediana nacional (2)	até 50% mediana regional (2)		
Brasil	11,9	25,4	30,1	..	443,51	
Norte	22,7	43,1	49,1	32,4	296,39	
Nordeste	22,9	43,5	49,4	31,1	285,15	
Sudeste	6,1	15,9	19,9	25,4	511,26	
Sul	4,8	12,3	16,0	22,5	553,78	
Centro-Oeste	5,7	17,0	21,4	24,1	469,29	

Fonte: IBGE, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Continua 2016.
Notas: 1. Consolidado de primeiras entrevistas.
2. Excluíve as pessoas cuja condição no domicílio era pensionista, empregado doméstico ou parente de empregado doméstico.
(1) Taxa de conversão da paridade de poder de compra (PPC 2011) para consumo privado, R\$ 1,66 para US\$ 1,00, inflacionado pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo - IPCA para anos recentes. (2) Mediana calculada no nível do domicílio, à exclusão dos domicílios com pessoas sem rendimento ou sem declaração de rendimentos.

Fonte: IBGE, Síntese de indicadores sociais: uma análise das condições de vida da população brasileira: 2017, Rio de Janeiro: IBGE. Disponível em: <https://biblioteca.ibge.gov.br/index.php/biblioteca-catalogo?view=detalhes&id=2101459>



Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
DIRETORIA DE PESQUISAS

As edições da *Síntese de Indicadores Sociais* incluem Notas Técnicas explicando a metodologia dos estudos, com as relativas a classes de rendimento (em que se encontram as estimativas de pessoas abaixo das linhas de pobreza), deflacionamento etc. Tais Notas explicam classificações, fontes de dados, detalhes metodológicos da construção dos indicadores e referenciam documentos técnicos¹, literatura nacional e internacional relevante.

As medidas de pobreza extrema e de pobreza mais exploradas na publicação são as definidas globalmente pelo Banco Mundial e se baseiam na paridade de poder de compra calculada pelo Fundo Monetário Internacional - FMI. Esse resultados são, inclusive, publicados na Plataforma ODS Brasil - Indicadores Brasileiros para os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável - ODS².

A metodologia de cálculo das linhas de pobreza se mantém estável desde a primeira aplicação em 2017 (com dados de 2016), o que se atesta, por exemplo, com dados publicados nas edições de 2021 e 2022, com estimativas de 5,7% e 24,1% para extrema pobreza e pobreza, publicadas nos dois anos da pesquisa (tabelas a seguir são reproduções, uma de cada edição):

Tabela 7 - Proporção de pessoas em situação de extrema pobreza e pobreza, por classes de rendimento domiciliar per capita selecionadas, taxas de crescimento e significância da diferença, segundo as Grandes Regiões - 2012/2021										
Grandes Regiões	Proporção de pessoas em situação de extrema pobreza e pobreza (%)				Diferença (p.p.)			Situação segundo a significância da diferença (nível de significância 5%) (1)		
	2012	2014	2020	2021	2012/2021	2014/2021	2020/2021	2012/2021	2014/2021	2020/2021
Até US\$ 1,9 PPC 2011 (2)										
Brasil	6,0	4,7	5,7	8,4	2,4	3,7	2,7	↑	↑	↑
Norte	10,0	7,9	8,5	12,5	2,5	4,6	4,0	↑	↑	↑
Nordeste	12,9	9,8	10,4	16,5	3,7	6,7	6,1	↑	↑	↑
Sudeste	2,7	2,3	3,6	5,1	2,4	2,8	1,5	↑	↑	↑
Sul	1,9	1,5	2,8	3,0	1,1	1,5	0,1	↑	↑	→↓
Centro-Oeste	2,0	1,8	2,9	3,5	1,6	1,7	0,7	↑	↑	→↓
Até US\$ 5,5 PPC 2011 (2)										
Brasil	27,3	23,8	24,1	29,4	2,1	5,6	5,3	↑	↑	↑
Norte	43,6	39,5	36,8	44,9	1,3	5,4	8,1	→↓	↑	↑
Nordeste	47,7	42,0	40,5	48,7	1,0	6,7	8,2	→↓	↑	↑
Sudeste	17,0	14,5	16,4	20,6	3,6	6,0	4,1	↑	↑	↑
Sul	13,7	10,9	12,3	14,2	0,6	3,3	2,0	→↓	↑	↑
Centro-Oeste	18,4	15,8	16,5	20,6	2,2	4,8	4,1	↑	↑	↑

Fonte: IBGE, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua 2021.

Notas: 1. Dados consolidados de quinta visita.
2. Excluídas as pessoas cuja condição no domicílio era pensionista, empregado doméstico ou parente do empregado doméstico.

(1) PPC = Paridade do poder de compra. Taxa de conversão da paridade de poder de compra para consumo privado, R\$ 1,66 para US\$ 1,00 PPC 2011, valores diários tornados mensais e inflacionados pelo IPCA para anos recentes.

Fonte: IBGE, Síntese de indicadores sociais: uma análise das condições de vida da população brasileira: 2022, Rio de Janeiro: IBGE. Disponível em: <https://biblioteca.ibge.gov.br/index.php/biblioteca-catalogo?view=detalhes&id=2101979>

¹ Sobre a PNAD Contínua, verificar por exemplo <https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv101237.pdf>

² Ver <https://odsbrasil.gov.br/>



Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
DIRETORIA DE PESQUISAS

Tabela 8 - Proporção de pessoas e situação segundo a significância da diferença, por classes de rendimento domiciliar *per capita* selecionadas, segundo as Grandes Regiões - 2012/2020

Grandes Regiões	Proporção de pessoas (%)				Situação segundo a significância da diferença (1)		
	2012	2014	2019	2020	2012/2020	2014/2020	2019/2020
US\$ 1,90 PPC 2011 (2)							
Brasil	6,0	4,7	6,8	5,7	→	↑	↓
Norte	10,0	7,9	11,9	8,5	↓	→	↓
Nordeste	12,9	9,8	14,2	10,4	↓	→	↓
Sudeste	2,7	2,3	3,3	3,6	↑	↑	→
Sul	1,9	1,5	2,3	2,8	↑	↑	↑
Centro-Oeste	2,0	1,8	2,8	2,9	↑	↑	→
US\$ 5,50 PPC 2011 (2)							
Brasil	27,3	23,8	25,9	24,1	↓	→	↓
Norte	43,6	39,5	43,1	36,8	↓	↓	↓
Nordeste	47,7	42,0	44,6	40,5	↓	↓	↓
Sudeste	17,0	14,5	16,8	16,4	→	↑	→
Sul	13,7	10,9	12,0	12,3	↓	↑	→
Centro-Oeste	18,4	15,8	16,0	16,5	↓	→	→

Fonte: IBGE, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua 2012/2020.

Notas: 1. Dados consolidados de primeiras visitas em 2012, 2014 e 2019 e de quintas visitas em 2020.

2. Exclui as pessoas cuja condição no domicílio era pensionista, empregado doméstico ou parente do empregado doméstico.

(1) As indicações de significância estatística para as variações das estimativas desta tabela, representadas graficamente pelas setas, são determinadas por testes de hipóteses acerca dos parâmetros ($p < 0,05$). Ver Lila e Freitas (2007).

(2) PPC = Paridade do poder de compra. Taxa de conversão da paridade de poder de compra para consumo privado, R\$ 1,66 para US\$ 1,00 PPC 2011, valores diários tornados mensais e inflacionados pelo IPCA para anos recentes.

Fonte: Síntese de indicadores sociais : uma análise das condições de vida da população brasileira : 2021, Rio de Janeiro: IBGE.

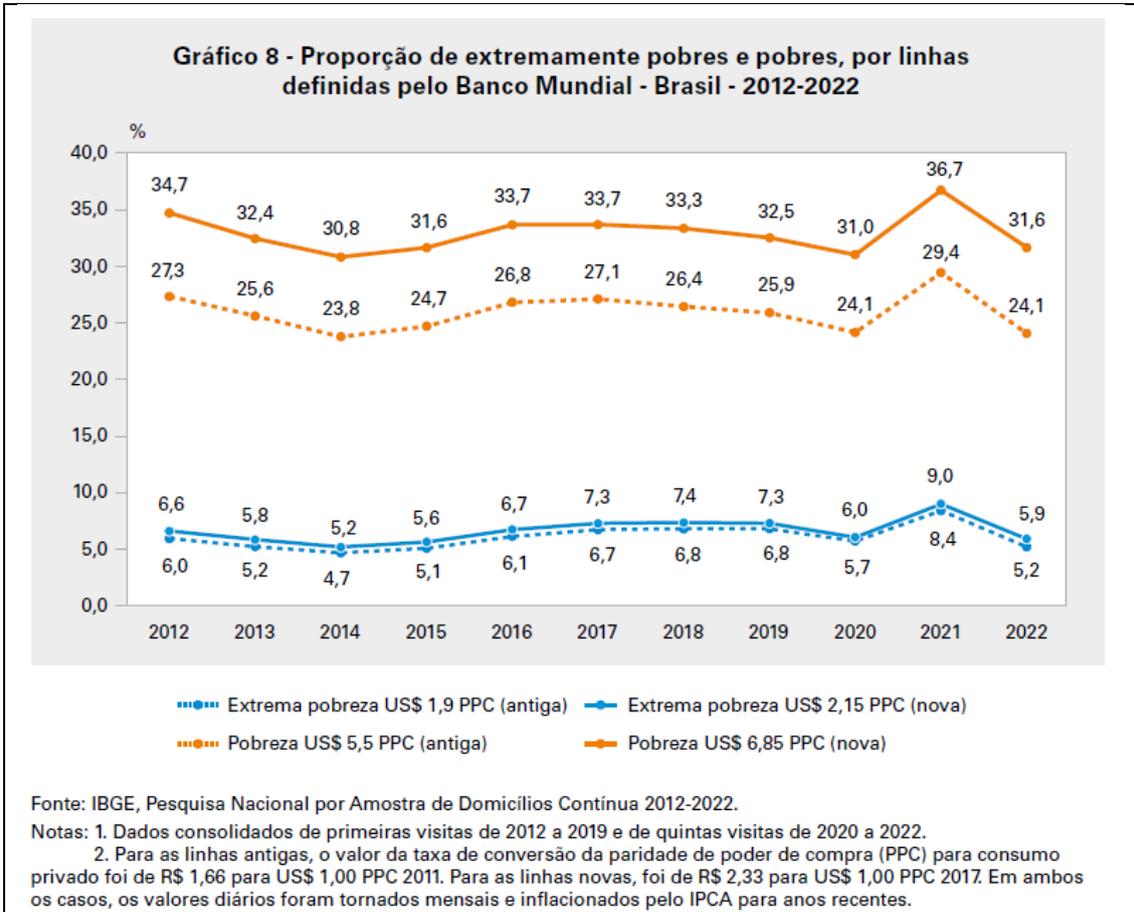
Disponível em: <https://biblioteca.ibge.gov.br/index.php/biblioteca-catalogo?view=detalhes&id=2101892>

A linha de extrema pobreza global aplicada no Brasil e no restante do mundo está atualmente em US\$ 2,15 por dia em paridade de poder de compra³ 2017, tendo sido revisada na edição de 2023 da *Síntese*, pois até então estava baseada na paridade de compra do dólar americano calculada em 2011, com o valor de US\$ 1,90. A linha de pobreza seguiu a mesma revisão, passando de US\$ 5,50 para US\$ 6,85. A série completa de dados, iniciada em 2012 foi revisada e a diferença advinda da nova taxa de câmbio se mostrou inferior a 1,0 ponto percentual, tal como descrito no gráfico abaixo, oriundo da publicação de 2023, comparando a metodologia antiga e a metodologia nova. Constata-se, ademais, que os valores para 2020 de 5,7% e 24,1% com as linhas segundo o câmbio anterior (paridade de poder de compra de 2011) coincidem com o que foi publicado em edições precedentes.

³ Periodicamente, a paridade de poder de compra é revisada pelo Fundo Monetário Internacional – FMI. Ver <https://www.imf.org/en/Publications/fandd/issues/Series/Back-to-Basics/Purchasing-Power-Parity-PPP>



Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
DIRETORIA DE PESQUISAS



Fonte: IBGE, Síntese de indicadores sociais : uma análise das condições de vida da população brasileira : 2023. Rio de Janeiro, IBGE. Disponível em <https://biblioteca.ibge.gov.br/index.php/biblioteca-catalogo?view=detalhes&id=2102052>

Na edição mais recente, de 2024, com dados até 2023, da mesma forma, valores publicados coincidem com a edição anterior. Por exemplo, a estimativa de extrema pobreza (US\$ 6,85) para 2022 foi de 5,9% tal como descrito no gráfico acima e na tabela abaixo, que é uma reprodução da edição mais recente da *Síntese*:



Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
DIRETORIA DE PESQUISAS

Tabela 6 - Proporção de pessoas, por classes de rendimento domiciliar *per capita* selecionadas, taxas de crescimento e significância da diferença, segundo as Grandes Regiões - 2012/2023

Grandes Regiões	Proporção de pessoas (%)				Diferença em pontos percentuais			Situação segundo a significância da diferença (nível de significância 5%) (1)		
	2012	2014	2022	2023	2012/2023	2014/2023	2022/2023	2012/2023	2014/2023	2022/2023
Até US\$ 2,15 PPC 2017 (2)										
Brasil	6,6	5,2	5,9	4,4	(-) 2,2	(-) 0,8	(-) 1,5	↓	↓	↓
Norte	11,2	9,1	8,0	6,0	(-) 5,3	(-) 3,2	(-) 2,0	↓	↓	↓
Nordeste	14,2	10,8	11,8	9,1	(-) 5,1	(-) 1,7	(-) 2,7	↓	↓	↓
Sudeste	3,0	2,5	3,3	2,5	(-) 0,5	0,0	(-) 0,8	↓	→	↓
Sul	2,1	1,6	2,5	1,7	(-) 0,4	0,1	(-) 0,8	↓	→	↓
Centro-Oeste	2,3	2,1	2,8	1,8	(-) 0,5	(-) 0,3	(-) 1,0	→	→	↓
Até US\$ 6,85 PPC 2017 (2)										
Brasil	34,7	30,8	31,6	27,4	(-) 7,3	(-) 3,5	(-) 4,3	↓	↓	↓
Norte	51,9	48,1	46,2	38,5	(-) 13,4	(-) 9,7	(-) 7,7	↓	↓	↓
Nordeste	56,3	50,6	51,0	47,2	(-) 9,2	(-) 3,5	(-) 3,8	↓	↓	↓
Sudeste	23,9	20,9	23,0	18,4	(-) 5,5	(-) 2,5	(-) 4,6	↓	↓	↓
Sul	19,4	16,1	17,1	14,8	(-) 4,6	(-) 1,3	(-) 2,3	↓	↓	↓
Centro-Oeste	26,1	22,8	21,3	17,8	(-) 8,3	(-) 5,0	(-) 3,5	↓	↓	↓

Fonte: IBGE. Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua 2012/2023.
Notas: 1. Dados consolidados de primeiras visitas em 2012, 2014 e 2023 e de quintas visitas em 2022.
2. Excluídas as pessoas cuja condição no domicílio era pensionista, empregado doméstico ou parente do empregado doméstico.
(1) As indicações de significância estatística para as variações das estimativas desta tabela, representadas graficamente pelas setas, são determinadas por testes de hipóteses acerca dos parâmetros ($p < 0,05$). Ver: Lila e Freitas (2007). (2) Taxa de conversão da paridade de poder de compra (PPC) para consumo privado, R\$ 2,33 para US\$ 1,00 PPC 2017, valores diários tornados mensais e inflacionados pelo IPCA para anos recentes.

Fonte: IBGE, Síntese de indicadores sociais : uma análise das condições de vida da população brasileira : 2024. Rio de Janeiro, IBGE. Disponível em <https://biblioteca.ibge.gov.br/index.php/biblioteca-catalogo?view=detalhes&id=2102144>

Comparação com dados externos

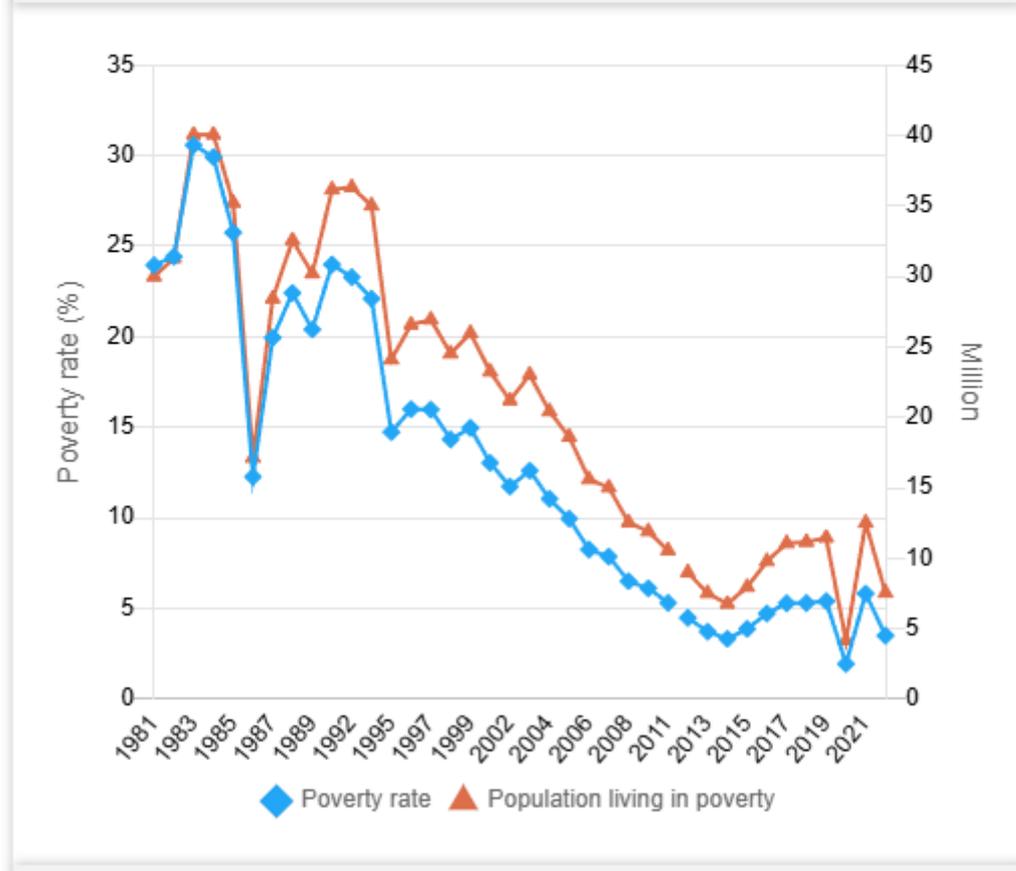
Há produção de indicadores de pobreza pelo Banco Mundial segundo metodologia similar à nacional, mas que não coincidem, pois há tratamento de dados por parte desse organismo internacional de forma a harmonizar entre fontes de dados do País (a série utiliza mais de uma fonte de dado) e também tratamentos para harmonizar dados entre países. Essa discrepância é esperada e concerne todos os países do globo. Abaixo está um gráfico oriundo da Plataforma sobre Pobreza e Desigualdade (*Poverty and Inequality Platform - PIP*) do Banco Mundial com estimativas entre 1981 e 2022.



Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
DIRETORIA DE PESQUISAS

Poverty

Share of the population and population living in poverty at **\$2.15** per day (2017 PPP) (1981-2022) [i](#)

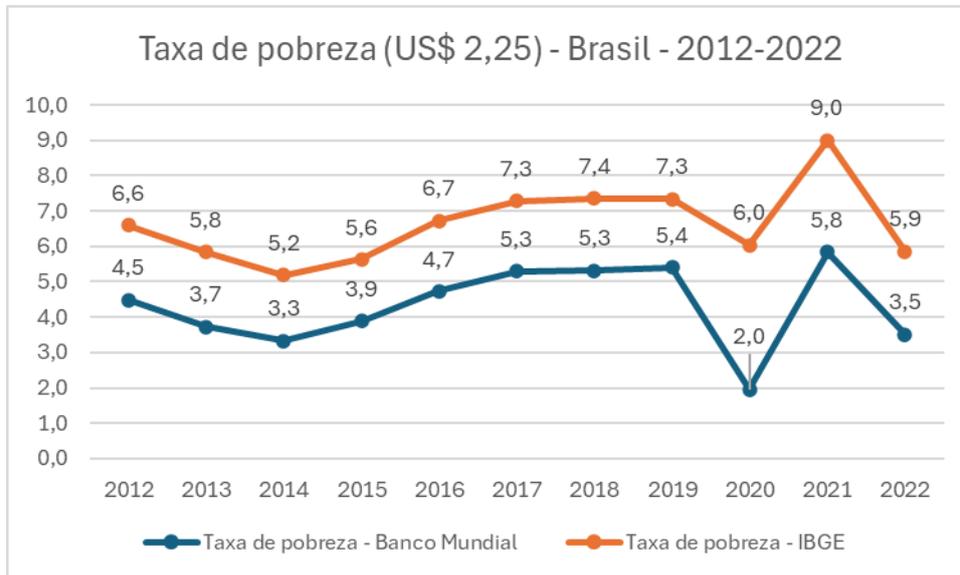


Fonte: Banco Mundial, <https://pip.worldbank.org/country-profiles/BRA> Acesso em 09.01.2024

Dito isso, a observação das séries de dados produzidos entre 2012 e 2022 (primeiro ano da PNAD Contínua e último ano disponível na plataforma PIP), com estimativas tanto pelo Banco Mundial e o IBGE mostra dinâmica similar, os efeitos das harmonizações aplicadas pelo Banco Mundial impactando apenas a taxa percentual de pobreza na magnitude.



Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
DIRETORIA DE PESQUISAS



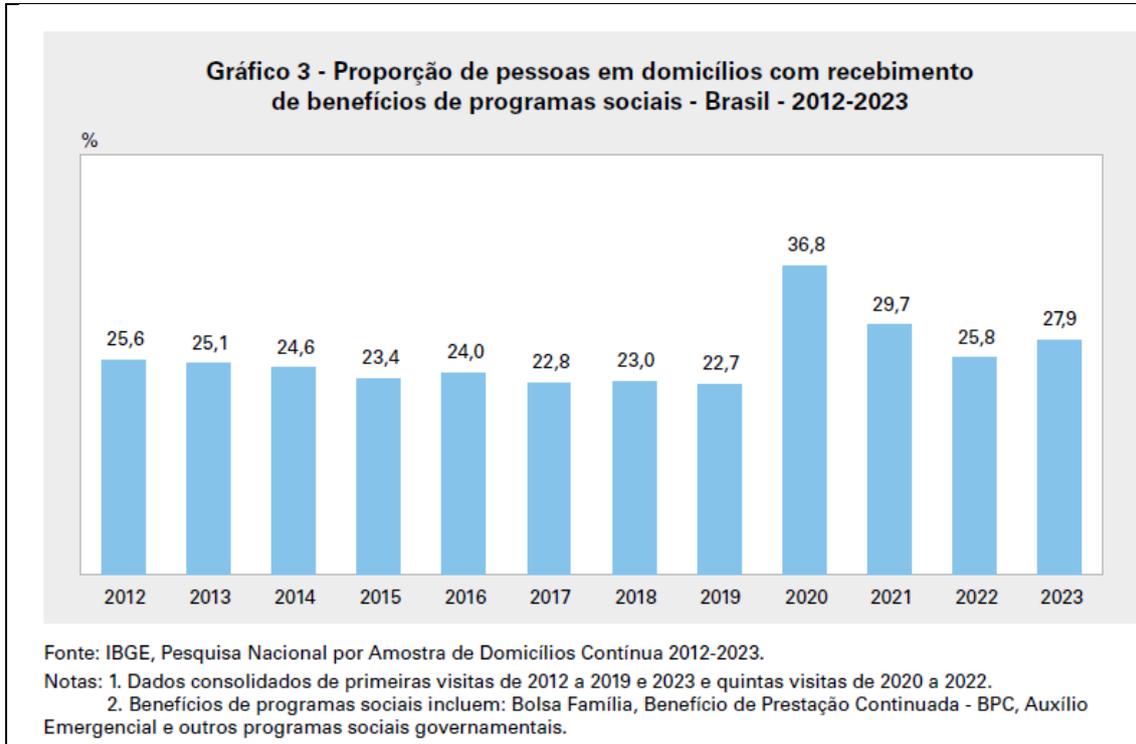
Fontes: IBGE, PNAD Contínua 2012-2022; Banco Mundial, <https://pip.worldbank.org/country-profiles/BRA> Acesso em 09.01.2024

Elementos explicativos da evolução recente dos indicadores

A movimentação de indicadores sobre distribuição de renda e da pobreza monetária está conectada com o dinamismo da economia, do mercado de trabalho e políticas públicas (por exemplo, que trazem maior ou menos acesso a programas sociais). De forma a contextualizar a movimentação da proporção de pobres e extremamente pobres na edição mais recente, cabe destacar que, em 2023, houve aumento de cobertura por programas sociais da população (27,9%) em comparação com o ano anterior (25,8%), o que impacta sobretudo a medida de extrema pobreza, uma vez que os programas sociais atingem prioritariamente a população na base da pirâmide de rendimentos.



Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
DIRETORIA DE PESQUISAS



Fonte: IBGE, Síntese de indicadores sociais : uma análise das condições de vida da população brasileira : 2024. Rio de Janeiro, IBGE. Disponível em <https://biblioteca.ibge.gov.br/index.php/biblioteca-catalogo?view=detalhes&id=2102144>

A *Síntese de Indicadores Sociais* traz o indicador de pessoas moradoras em domicílios em que há recebimento de rendimentos oriundos de benefícios sociais, em vez de algum benefício em específico, como o Bolsa Família ou o Auxílio Brasil por algumas razões: há certa dificuldade de captação específica do tipo de benefício recebido, inclusive porque pode haver recebimento de diferentes tipos de benefícios (federais, estaduais ou municipais); houve modificações recentes nos nomes e magnitudes dos programas federais (por exemplo, com benefícios emergenciais implementados durante a pandemia de COVID-19). Da mesma forma, o indicador permite observar a cobertura de benefícios sociais na série completa, desde 2012.

Para além dos benefícios sociais, que, como dito, tendem a impactar as medidas de extrema pobreza, houve crescimento do número de ocupados, de 97,0 milhões em 2022 para 100,7 milhões em 2023, com ligeiro aumento do nível de formalização, passando de 59,1% em 2022 para 59,3% em 2023, o que, em conjunto ao aumento do rendimento mediano de todos os trabalhos, levando em conta a inflação (que passou de R\$ 1.663 em 2022 para R\$ 1.804 em 2023),⁴ são dinâmicas que também tendem a reduzir a pobreza.

⁴ Ver Tabela 1.21, disponível em <https://www.ibge.gov.br/estatisticas/sociais/trabalho/9221-sintese-de-indicadores-sociais.html>



Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
DIRETORIA DE PESQUISAS

Tabela 1.1 (seleção) - Indicadores estruturais do mercado de trabalho das pessoas de 14 anos ou mais de idade - Brasil - 2022-2023

Ano	População em idade de trabalhar (1 000 pessoas)	População na força de trabalho (1 000 pessoas)	População ocupada (1 000 pessoas)	População ocupada em trabalhos formais (1) (1 000 pessoas)	População desocupada (1 000 pessoas)	População na força de trabalho potencial (1 000 pessoas)	População subutilizada (1 000 pessoas)	Taxa de participação (%)	Nível de ocupação (%)	Taxa de formalização (%)	Taxa de desocupação (%)	Taxa composta de subutilização (%)
2022	173 286	107 257	96 982	57 326	10 275	7 607	24 001	61,9	56,0	59,1	9,6	20,9
2023	174 809	109 156	100 690	59 675	8 466	7 023	20 889	62,4	57,6	59,3	7,8	18,0

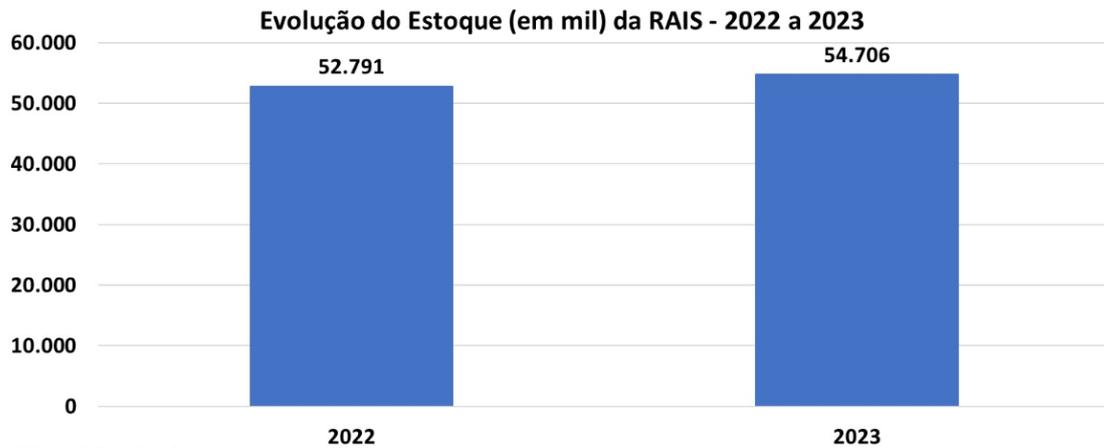
Fonte: IBGE. Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua, 2022 (acumulado de quintas visitas) e 2023 (acumulado de primeiras visitas).

(1) Inclui empregado com carteira de trabalho assinada, trabalhador doméstico com carteira de trabalho assinada, militar, funcionário público estatutário, conta própria e empregador que contribuiam para a previdência social.

Comparação com dados da RAIS

Tais resultados relacionados ao aumento de ocupados estão compatíveis com o aumento de ocupados encontrados na RAIS, de 52,8 milhões em 2022 para 54,7 milhões em 2023.

RAIS - 2023



Fonte: <https://www.gov.br/trabalho-e-emprego/pt-br/assuntos/estatisticas-trabalho/rais/rais-2023> Acesso em 09.01.2025.

Nessa mesma fonte, também foi encontrado um aumento da remuneração média real, o que pode também influenciar medidas de pobreza.



Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
DIRETORIA DE PESQUISAS

RAIS - 2023



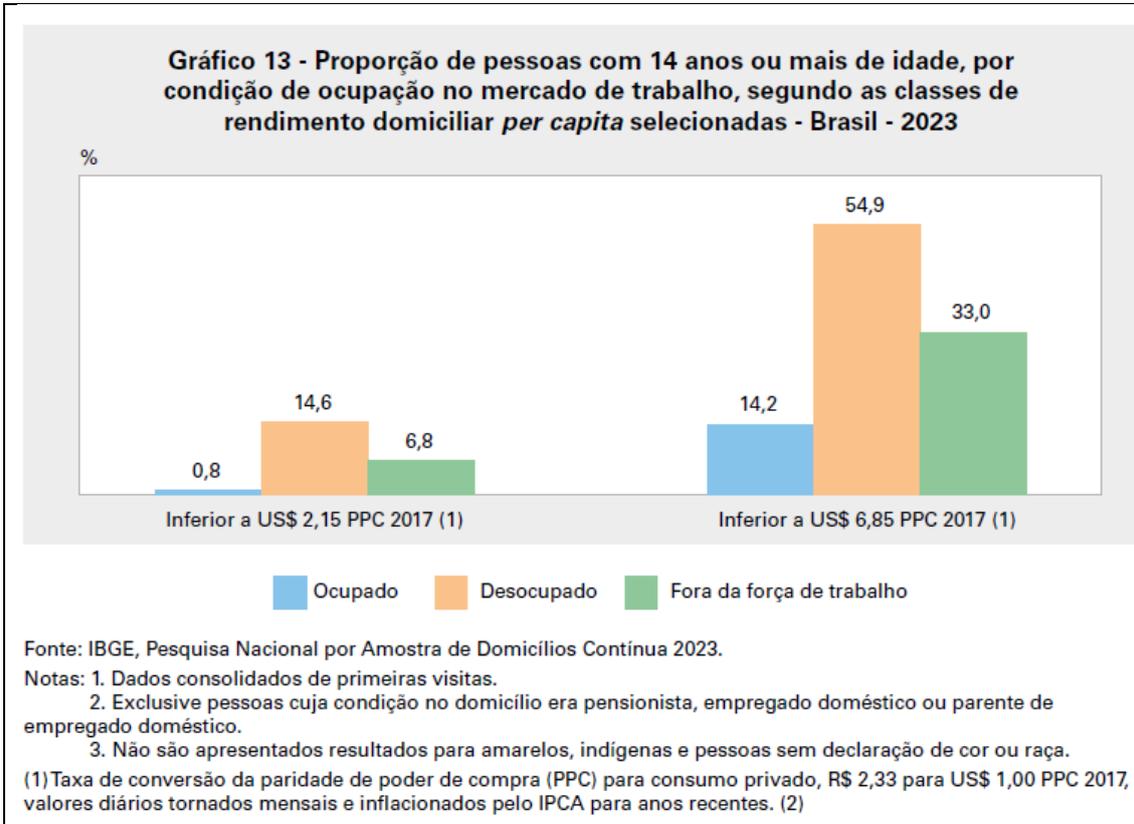
Fonte: <https://www.gov.br/trabalho-e-emprego/pt-br/assuntos/estatisticas-trabalho/rais/rais-2023> Acesso em 09.01.2025.

Mais esclarecimentos sobre a construção dos indicadores de pobreza

Quanto aos dados produzidos pelo IBGE sobre pobreza monetária, cabe dizer que eles são construídos a partir do rendimento domiciliar per capita, construído com a declaração de rendimentos feita pelos domicílios (todos os rendimentos são o numerador) e a contagem do número de moradores (denominador). A PNAD Contínua inquire sobre todos os tipos de rendimentos (do trabalho, de programas sociais, de aposentadorias e outros), inclusive sendo possível observar que uma proporção das pessoas ocupadas se encontrava em 2024 abaixo das linhas de pobreza extrema (0,8%) e de pobreza (14,2%), tal como descrito no gráfico reproduzido a seguir.



Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
DIRETORIA DE PESQUISAS



Fonte: IBGE, Síntese de indicadores sociais : uma análise das condições de vida da população brasileira : 2024. Rio de Janeiro, IBGE. Disponível em <https://biblioteca.ibge.gov.br/index.php/biblioteca-catalogo?view=detalhes&id=2102144>

Finalmente, em relação aos dados produzidos na Síntese de Indicadores Sociais com base na PNAD Contínua, é possível esclarecer que eles podem ser replicados a partir dos microdados da pesquisa, divulgados gratuitamente no site do IBGE na Internet e em acordo com as recomendações internacionais, às quais o IBGE subscreve⁵.

⁵ Ver <https://unstats.un.org/iswghs/SurveyHandbooksRevision>



Documento assinado eletronicamente por ELIZABETH BELO HYPOLITO, Diretor, em 17 de Janeiro de 2025, às 20:20:53, horário de Brasília, com fundamento legal no § 3º do Art. 4º do Decreto Nº 10.543, de 13 de Novembro de 2020.



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <https://transparenciasda.ibge.gov.br/docs/validador.jsf> informando o código verificador 1594973583132114675 e o código CRC DE319033.



Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
DIRETORIA DE PESQUISAS
ANEXO II

Esclarecimentos sobre a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua
Requerimento de Informação nº 4.629/2024

Os esclarecimentos sobre a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua - PNAD Contínua serão apresentados em tópicos, abordando os cinco questionamentos em relação a produção de informações pelo IBGE, no que se refere aos indicadores de mercado de trabalho.

1. Métodos de Coleta: Quais são os métodos utilizados pelo Governo para a coleta de dados que fundamentam as estatísticas oficiais?

O Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE, como principal órgão produtor de estatísticas de natureza econômica, social e demográfica no País, procura, permanentemente, aprimorar seu sistema de levantamentos de informações. Nesse contexto, o IBGE conta com o Sistema Integrado de Pesquisas Domiciliares – SIPD, resultado do Projeto de Reformulação das Pesquisas Domiciliares Amostrais do IBGE, amplamente debatido com a sociedade e especialistas.¹

O SIPD constitui um modelo de produção de pesquisas amostrais domiciliares no qual o planejamento, a execução, a análise e a disseminação dos resultados são conduzidos de forma coordenada, não só facilitando o atendimento de novas demandas, como também otimizando os recursos utilizados. Destaca-se, entre outros aspectos, que a amostra de cada uma das pesquisas desse sistema corresponde a uma parte ou à integralidade de uma amostra mestra, e os conceitos e os processos são harmonizados entre elas.

A Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua - PNAD Contínua é uma pesquisa por amostragem probabilística de domicílios, que tem periodicidade trimestral, é a pesquisa que atualmente acompanha a evolução da força de trabalho no País, associada a características demográficas, educacionais, entre outras. A PNAD Contínua visita, trimestralmente, 15.096 unidades primárias de amostragem espalhadas em todo o Território Nacional. Em cada uma delas, 14 domicílios são visitados por Agentes de Pesquisas do IBGE², totalizando 211 344 domicílios por trimestre.

¹Em <https://www.ibge.gov.br/arquivo/projetos/sipd/default.php>

² Técnica de coleta: CAPI - Entrevista pessoal assistida por computador (Dispositivo Móvel de Coleta - DMC)



Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
DIRETORIA DE PESQUISAS
ANEXO II

Além dos resultados trimestrais, a PNAD Contínua agrega outros temas e tópicos relevantes para divulgação anual, que são pesquisados em determinado trimestre do ano ou em uma determinada visita e acumulados para produzir resultados anuais.

A amostra da pesquisa foi desenhada visando produzir informações trimestrais, de forma que as análises pudessem ser feitas comparando um trimestre com o outro imediatamente anterior (sobreposição de 80% dos domicílios) e com o mesmo trimestre do ano anterior (sobreposição de 20% dos domicílios). Esta sobreposição é importante para garantir que as alterações observadas não sejam resultantes de uma mudança completa da amostra. O esquema de rotação adotado pela pesquisa requer que um domicílio, uma vez selecionado para a pesquisa, seja visitado por cinco vezes, com intervalos de dois meses entre uma visita e outra.

A PNAD Contínua foi planejada para permitir produzir resultados para:

- Brasil;
- Grandes Regiões
- Unidades da Federação,
- Municípios das Capitais,
- 20 Regiões Metropolitanas que contêm Municípios das Capitais (Manaus, Belém, Macapá, São Luís, Fortaleza, Natal, João Pessoa, Recife, Maceió, Aracaju, Salvador, Belo Horizonte, Vitória, Rio de Janeiro, São Paulo, Curitiba, Florianópolis, Porto Alegre, Vale do Rio Cuiabá e Goiânia) e
- Região Integrada de Desenvolvimento da Grande Teresina.

2. Periodicidade: Com que frequência são realizadas as atualizações e publicações das estatísticas oficiais?

Depende, no caso das pesquisas por amostragem probabilística de domicílios, a atualização foi decorrente da demanda crescente por informações socioeconômicas e demográficas e diante da necessidade de investigar de novos temas, com periodicidade mais frequente e, também, o maior detalhamento geográfico na produção de resultados:

O planejamento da PNAD Contínua foi feito com amplo debate com usuários e produtores por meio dos 15 fóruns no período de 2006 a 2014³, além de apresentações do projeto em seminários e congressos promovidos pelo IBGE ou por outras instituições, nacionais ou internacionais. No II Encontro Nacional de Produtores e Usuários de Informações Sociais, Econômicas e Territoriais (CONFEST/CONFEGE), realizado em agosto de 2006, foram abordados os aspectos amostrais e as linhas temáticas referentes aos indicadores conjunturais sobre trabalho. Ademais, o andamento do projeto, tanto em termos operacionais quanto temático, contou com a participação de especialistas no uso dos

³ <https://www.ibge.gov.br/estatisticas/metodos-e-classificacoes/outros-documentos/21089-reformulacao-das-pesquisas-domiciliares-amostrais-do-ibge.html?edicao=20041&t=o-que-e>



Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
DIRETORIA DE PESQUISAS
ANEXO II

microdados das pesquisas domiciliares por amostragem, de representantes do Ministério do Trabalho e Emprego e do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, além de um consultor da Organização Internacional do Trabalho.

No que tange à metodologia da PNAD Contínua, é importante ressaltar que os indicadores de mercado de trabalho resultantes da pesquisa estão alinhados às recomendações internacionais referentes às estatísticas de trabalho, discutidas e aprovadas na 19ª Conferência Internacional dos Estatísticos do Trabalho (19ª CIET), promovida pela Organização Internacional do Trabalho – OIT.

Ressalta-se que, constantemente, o IBGE atualiza conceitos, metodologias e tecnologias, valendo-se da sua experiência adquirida ao longo dos anos e das práticas acumuladas por institutos de estatística internacionais, de reconhecida competência, bem como de recomendações metodológicas e conceituais de organizações e instâncias internacionais, como a Organização Internacional do Trabalho - OIT (International Labour Organization - ILO) e a Comissão de Estatística das Nações Unidas (United Nations Statistical Commission). Além disso, sempre que necessário, o IBGE introduz novos temas e amplia a abrangência geográfica de suas investigações, visando não só atender a demandas dos usuários, como também suprir necessidades para a formulação e gestão de políticas públicas, minimizando continuamente as lacunas existentes na produção nacional de estatísticas.

Cabe ainda destacar que a realização da PNAD Contínua, assim como das demais pesquisas do IBGE, é norteada pelos Princípios Fundamentais das Estatísticas Oficiais da ONU e pelo Código de Boas Práticas do IBGE, que reforçam o compromisso do IBGE com a imparcialidade, a qualidade e a transparência. Nesse sentido, todas as informações necessárias para a compreensão e bom uso das informações produzidas pela pesquisa estão disponíveis ao público em:

<https://www.ibge.gov.br/estatisticas/sociais/trabalho/9171-pesquisa-nacional-por-amostra-de-domicilios-continua-mensal.html?=&t=notas-tecnicas>.

Além do tema Trabalho, a PNAD Contínua foi implantada com os questionários de características gerais dos moradores (nome, sexo, idade, cor ou raça), características de educação, outras formas de trabalho (próprio consumo, trabalho voluntário, cuidado de pessoas e afazeres domésticos) e rendimentos não provenientes do trabalho. Além disso, a partir de 2015, outros módulos foram incorporados à pesquisa, entre eles, Habitação, Trabalho das Crianças e Adolescentes e Tecnologia da Informação e Comunicação - TIC.

Dentre outros temas investigados pela pesquisa, na forma de módulos suplementares e com periodicidade variável, citam-se: Trabalho por meio de plataformas digitais, Pessoas com deficiência, Atenção primária à saúde, Turismo e Vitimização.

Em relação à divulgação da publicação, cabe informar que os resultados da PNAD Contínua são divulgados no portal do IBGE na Internet, como indicado a seguir:



Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
DIRETORIA DE PESQUISAS
ANEXO II

Periodicidade mensal - Conjunto restrito de indicadores nacionais relacionados à força de trabalho, obtidos por médias móveis trimestrais, apenas no nível geográfico de Brasil;

Periodicidade trimestral - Conjunto detalhado de indicadores relacionados à força de trabalho, para todos os níveis geográficos da pesquisa;

Periodicidade anual - Conjunto de indicadores relacionados aos demais temas suplementares permanentes da pesquisa e indicadores complementares relacionados à força de trabalho, com detalhamento variável, para todos os níveis geográficos da pesquisa; e

Periodicidade variável - Indicadores para outros temas ou tópicos dos temas permanentes da pesquisa, investigados ocasionalmente para suprir necessidades de informações para a formulação e gestão de políticas públicas, com abrangência geográfica também variável.

3. Órgãos Envolvidos: Quais entidades ou órgãos governamentais são responsáveis pela elaboração, análise e validação das estatísticas oficiais?

O ambiente institucional de um Instituto Nacional de Estatística é elemento indispensável para a credibilidade e a eficiência das estatísticas oficiais.

O IBGE é regido por diversas leis e decretos, que não tratam especificamente sobre independência institucional, porém estabelecem suas atribuições e responsabilidades, mas fornecem à Instituição um importante suporte normativo para exercer, na prática, essa independência, crucial para a credibilidade das estatísticas oficiais.

Acrescenta-se a isso o fato de que o IBGE, como instituto de estatística do Brasil, membro da ONU, segue as diretrizes estabelecidas nos Princípios Fundamentais das Estatísticas Oficiais, que estabelecem que “os órgãos oficiais de estatística devem produzir e divulgar, de forma imparcial, estatísticas de utilidade prática comprovada”, bem como que “os órgãos de estatística devem tomar decisões, de acordo com considerações estritamente profissionais” as quais se referem, mais especificamente, à independência institucional.

4. Qualidade e Acessibilidade: Existem iniciativas em andamento para melhorar a qualidade, abrangência e acessibilidade das estatísticas oficiais?

Sim. O IBGE possui diversas iniciativas em andamento para aprimorar a qualidade, abrangência e acessibilidade das estatísticas oficiais. O IBGE está comprometido com:

1. Modernização da Produção Estatística
2. Sistema de Metadados Estatísticos do IBGE
5. *Benchmarking*
Desenvolvimento e Manutenção de uma Cultura de Qualidade no Instituto



Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
DIRETORIA DE PESQUISAS
ANEXO II

O IBGE é signatário dos Princípios Fundamentais das Estatísticas Oficiais, adotados pela Comissão Estatística das Nações Unidas em 1994, que estabelecem diretrizes globais para a produção de estatísticas imparciais, relevantes e de alta qualidade. Esses princípios norteiam as ações do Instituto e reforçam seu compromisso com padrões internacionais. Além disso, o IBGE adota documentos fundamentais como o Código de Boas Práticas das Estatísticas do IBGE (CBP), baseado nos códigos europeus e latino-americanos, e a Política da Qualidade do IBGE, publicada em 2019. Esses documentos formalizam o compromisso institucional com a qualidade, a acessibilidade e a transparência das estatísticas. Todos esses marcos são amplamente disseminados entre os servidores e fornecem uma base sólida para a gestão da qualidade.

Treinamento e Eventos: A qualidade é tema frequente em eventos internos, como o Seminário de Metodologia do IBGE (SMI) e o Programa de Integração de Novos Servidores (PINS), incentivando a internalização dos princípios de qualidade entre os funcionários e promovendo um ambiente de melhoria contínua.

No que se refere à PNAD Contínua, cabe destacar que todas as publicações de indicadores da PNAD Contínua são disponibilizadas no Portal do IBGE na Internet, junto com as notas técnicas, metadados (incluindo manual de entrevista e questionários), notícias e releases. No caso dos indicadores de mercado de trabalho, são divulgados quadros sintéticos para todos os níveis de divulgação.

Os resultados mensais, trimestrais e anuais da PNAD Contínua também estão disponíveis no Sistema IBGE de Recuperação Automática – SIDRA, que permite visualizar, reordenar e exportar as tabelas de dados conforme o interesse do usuário.

Indicadores mensais em: <https://sidra.ibge.gov.br/pesquisa/pnadcm/tabelas>

Indicadores trimestrais em: <https://sidra.ibge.gov.br/pesquisa/pnadct/tabelas>

Indicadores anuais em: <https://sidra.ibge.gov.br/pesquisa/pnadca/tabelas>

As pesquisas realizadas pelo IBGE possibilitam inúmeros estudos e com diferentes enfoques. Os planos tabulares produzidos nas publicações não esgotam todas as tabulações possíveis. Desse modo, além dos indicadores e estudos que divulga, o IBGE libera os microdados das suas pesquisas domiciliares para uso público, com a máxima transparência, dentro das suas possibilidades de utilização e devidamente tratados para garantir o sigilo das informações individualizadas, conforme estabelecido em Lei. Os microdados contêm toda a documentação necessária para que os usuários possam gerar por programação os indicadores específicos para seus estudos, sob sua inteira responsabilidade, sem qualquer interferência dessa instituição.

Os microdados da PNAD Contínua estão disponíveis em:

<https://www.ibge.gov.br/estatisticas/sociais/populacao/9173-pesquisa-nacional->



Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
DIRETORIA DE PESQUISAS
ANEXO II

[por-amostra-de-domicilios-continua-trimestral.html?=&t=microdados](https://www.ibge.gov.br/estatisticas/sociais/trabalho/9173-pesquisa-nacional-por-amostra-de-domicilios-continua-trimestral.html?=&t=microdados)

5. Transparência: Onde o público pode acessar as metodologias utilizadas nas estatísticas oficiais e os dados que sustentam esses números?

Os conceitos e definições adotados na pesquisa, que podem ser vistos na metodologia e notas explicativas, estão disponíveis em:

<https://www.ibge.gov.br/estatisticas/sociais/trabalho/9173-pesquisa-nacional-por-amostra-de-domicilios-continua-trimestral.html?edicao=28690&t=notas-tecnicas>

Além disso, em cada publicação, há um informativo com a análise dos resultados e observações sobre a metodologia. Por exemplo, na divulgação trimestral mais recente, antes de análise de resultados, encontra-se a seção de conceitos e definições relativos a esses indicadores.

https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/periodicos/2421/pnact_2024_3tri.pdf

Por fim, no que se refere à alegação de que “Não obstante, os dados envolvendo o desemprego no Brasil ignoram fatores como os beneficiários de programas sociais do Governo. Segundo o jornalista Cláudio Humberto, os dados aferidos pelo IBGE ignoraram quase 44 milhões de brasileiros, divididos entre aqueles que recebem o programa Bolsa Família (37 milhões de pessoas) e jovens que não estão nem no mercado de trabalho, tampouco cursando Ensino Médio, Superior ou Técnico (5 milhões), impactando assim a estatística pública sobre desemprego no Brasil”, cabe esclarecer que a Taxa de desocupação, comumente chamada pela imprensa de taxa de desemprego, é calculada na Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (PNAD Contínua) do IBGE. Este indicador considera em situação de desocupação aqueles indivíduos que tentaram e não conseguiram encontrar trabalho no período de referência, embora estivessem disponíveis para começar um trabalho⁴. Dessa forma, a classificação como desocupado/desempregado está necessariamente vinculada à efetivação de busca por trabalho, não havendo relação com a condição de ser, ou não, beneficiário de programas de transferência de renda (por exemplo, Bolsa Família, BPC-LOAS etc.) ou qualquer outra fonte de rendimento não associada a trabalho remunerado (por exemplo, aluguéis, aposentadorias e pensões etc.).

A título de exemplo, se uma pessoa - mesmo sendo aposentada pelo INSS e recebendo os proventos de sua aposentadoria - declarar que buscou trabalho no período de referência

⁴ Os conceitos utilizados na PNAD Contínua, descritos com precisão, podem ser encontrados na nota técnica da pesquisa, disponível:

https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv102126_notas_tecnicas.pdf.



Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
DIRETORIA DE PESQUISAS
ANEXO II

da Pesquisa para complementar sua renda, mas não conseguiu um trabalho remunerado (mesmo disponível para tal), ela será classificada como desocupada no âmbito das estatísticas da PNAD Contínua; pelo fato de ter havido ação efetiva de busca por ocupação. Caso essa pessoa não declarasse busca por trabalho, ela não seria nem desocupada nem ocupada; isto é, estaria fora da força de trabalho. O mesmo exemplo pode ser estendido a beneficiários de programas de transferência de renda, estudantes, donas de casa ou qualquer grupo populacional. Logo, o que define a condição de desocupação/desemprego não são as características etárias e/ou educacionais, ou a situação de recebimento de outras fontes de rendimento, mas sim a atividade de procura por trabalho.

Essa metodologia é adotada pelo IBGE desde o início da PNAD Contínua e tem sua série trimestral iniciada em 2012. Tal metodologia segue as recomendações da Organização Internacional do Trabalho – OIT. De acordo com as recomendações internacionais, a pessoa que não exerça atividade produtiva, para ser considerada como desocupada, precisa ter realizado busca efetiva e estar disponível para o trabalho. Caso uma dessas condições não seja observada, ela não será considerada desocupada, mas classificado fora da força de trabalho.

Visando oferecer um panorama mais completo do mercado de trabalho, a OIT recomenda também outros indicadores (além da *taxa de desocupação/desemprego*), que também são calculados e disponibilizados pelo IBGE. Por exemplo, frente a uma situação de crise e estagnação duradouras, pessoas que perderam suas ocupações podem deixar de procurar por trabalho em virtude de estarem desestimuladas e não vislumbrarem uma vaga nas condições exigidas pelo mercado laboral. Nessas situações, recomenda-se também o olhar sobre a *Taxa composta de subutilização da força de trabalho* e sobre o *Nível da ocupação*.

Além dos “Desocupados”, a Taxa composta de subutilização inclui os “Subocupados por insuficiência de horas trabalhadas” - trabalhadores ocupados cujas jornadas remuneradas são inferiores às 40 horas semanais, e que gostariam e poderiam trabalhar mais horas - e os “Pessoas na força de trabalho potencial” - pessoas que desistiram ou não puderam buscar por emprego, embora quisessem estar trabalhando, como mencionado acima. É, portanto, mais abrangente que a Taxa de desocupação/desemprego e deve, complementarmente, ser utilizada para o conhecimento da realidade laboral.

O Nível da ocupação é também um indicador importante que consiste na proporção de trabalhado dentro do universo total da População em idade de trabalhar. Logo, considera em seu denominador não só os ocupados e os desocupados (assim como a taxa de desocupação), mas também as pessoas que estão fora da força de trabalho.

Resultados recentes

Os resultados atuais revelam que não só a Taxa de desocupação está baixa para os padrões nacionais, como também a Taxa composta de subutilização, indicando consistência no dinamismo do mercado de trabalho brasileiro. No mesmo sentido, aponta o Nível de



Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
DIRETORIA DE PESQUISAS
ANEXO II

ocupação, que apresenta nível relativamente elevado, conforme a divulgação do trimestre móvel terminado em novembro/2024 da Pnad Contínua⁵:

- “A taxa de desocupação (6,1%) no trimestre encerrado em novembro de 2024 recuou 0,5 ponto percentual (p.p.) frente ao trimestre de junho a agosto de 2024 (6,6%) e caiu 1,4 p.p. ante o mesmo trimestre móvel de 2023 (7,5%). Esta foi a menor taxa de desocupação da série histórica da PNAD Contínua, iniciada em 2012”;
- “A taxa composta de subutilização (15,2%) recuou nas duas comparações: -0,7 p.p. no trimestre e -2,1 p.p. no ano. Foi a menor taxa desde o trimestre encerrado em dezembro de 2014 (14,9%).”;
- A população ocupada (103,9 milhões) “foi recorde da série histórica, crescendo em ambas as comparações: 1,4% (mais 1,4 milhão de pessoas) no trimestre e 3,4% (mais 3,4 milhões de pessoas) no ano.”;
- E o nível da ocupação (percentual de pessoas ocupadas na população em idade de trabalhar) “subiu para 58,8%, recorde da série histórica, crescendo nas duas comparações: 0,7 p.p. no trimestre (58,1%) e 1,4 p.p. (57,4%) no ano.”

Em síntese, o olhar mais completo sobre a situação do mercado de trabalho deve abranger estes três indicadores: Taxa de desocupação, Taxa composta de subutilização e Nível da ocupação. Os três são disponibilizados pelo IBGE, têm metodologia conhecida e publicada e seguem as normas internacionais definidas pela OIT.

Por fim, cabe destacar que a realização da PNAD Contínua, assim como das demais pesquisas do IBGE, é norteadas pelos Princípios Fundamentais das Estatísticas Oficiais da ONU e o Código de Boas Práticas do IBGE, que reforçam o compromisso do IBGE à imparcialidade, à qualidade e à transparência. Nesse sentido, todas as informações necessárias para a compreensão e bom uso das informações produzidas pela pesquisa estão disponíveis ao público em:

<https://www.ibge.gov.br/estatisticas/sociais/trabalho/9173-pesquisa-nacional-por-amostra-de-domicilios-continua-trimestral.html?edicao=24478&t=o-que-e>

⁵ <https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-sala-de-imprensa/2013-agencia-de-noticias/releases/42298-pnad-continua-taxa-de-desocupacao-e-de-6-1-e-taxa-de-subutilizacao-e-de-15-2-no-trimestre-encerrado-em-novembro>.



Documento assinado eletronicamente por ELIZABETH BELO HYPOLITO, Diretor, em 17 de Janeiro de 2025, às 20:21:47, horário de Brasília, com fundamento legal no § 3º do Art. 4º do Decreto Nº 10.543, de 13 de Novembro de 2020.



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <https://transparenciasda.ibge.gov.br/docs/validador.jsf> informando o código verificador 3637902523002108087 e o código CRC F71EC665.



Ministério do Planejamento e Orçamento
Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

OFÍCIO Nº 020/2025/IBGE

Rio de Janeiro, 20 de janeiro de 2025.

Ao Senhor
Paulo Eduardo Nunes de Moura Rocha
Chefe da Assessoria Especial de Assuntos Parlamentares e Federativos
Ministério do Planejamento e Orçamento
Esplanada dos Ministérios - Bloco K - Zona Cívico-Administrativa
70046-906 Brasília/DF
aspar.mpo@economia.gov.br

Assunto: Ofício nº 5937/2024/MPO - Requerimento de Informação nº 4.629/2024.

Referência: Processo nº 03101.003723/2024-04 - 1500542/2024.

Prezado Senhor,

Cumprimentando-o cordialmente, em atenção ao ofício em referência, o qual encaminha a Sr.^a Ministra do Planejamento e Orçamento o Requerimento de Informação nº 4.629/2024, de autoria do Deputado Federal Rodrigo Valadares, seguem anexas as Informações Prestadas pela nossa Diretoria de Pesquisas e bem como documentação complementar, em resposta a solicitação de informações acerca da elaboração de estatísticas públicas por órgãos vinculados ao Ministério

À disposição de V.Sa. para quaisquer esclarecimentos que se façam necessários, subscrevo-me.

Atenciosamente,

MARCIO POCHMANN
Presidente

Av. Franklin Roosevelt, nº 166, 10º Andar. Castelo. CEP: 20021-120. Rio de Janeiro – RJ
Telefone: (21) 2142-4501; (21) 2142-4502. www.ibge.gov.br • 0800 721 8181



Documento assinado eletronicamente por MARCIO POCHMANN, Presidente, em 21 de Janeiro de 2025, às 13:47:39, horário de Brasília, com fundamento legal no § 3º do Art. 4º do Decreto Nº 10.543, de 13 de Novembro de 2020.



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <https://transparenciasda.ibge.gov.br/docs/validador.jsf> informando o código verificador 9131870283117709871 e o código CRC 6ABA7B9A.



ADVOCACIA-GERAL DA UNIÃO
CONSULTORIA-GERAL DA UNIÃO
CONSULTORIA JURÍDICA JUNTO AO MINISTÉRIO DO PLANEJAMENTO E ORÇAMENTO
COORDENAÇÃO-GERAL DE ATOS NORMATIVOS
ESPLANADA DOS MINISTÉRIOS - BLOCO K - 8º ANDAR - SALA 846 - CEP: 70040-906 - BRASÍLIA - DF

NOTA n. 00051/2025/CONJUR-MPO/CGU/AGU

NUP: 03101.003723/2024-04

INTERESSADOS: PRIMEIRA-SECRETARIA DA CÂMARA DOS DEPUTADOS

ASSUNTOS: REQUERIMENTO

1. Trata-se de análise acerca do atendimento ao disposto no art. 50, §2º, da Constituição Federal na resposta elaborada pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) ao Requerimento de Informação nº 4.629/2024, de autoria do Deputado Federal Rodrigo Valadares, que solicita informações sobre a atuação do IBGE.
2. A Constituição Federal, em seu artigo 50, §2º, assim dispõe:
"Art. 50. (...) §2º - As Mesas da Câmara dos Deputados e do Senado Federal poderão encaminhar pedidos escritos de informações a Ministros de Estado ou a qualquer das pessoas referidas no caput deste artigo, importando em crime de responsabilidade a recusa, ou o não atendimento, no prazo de trinta dias, bem como a prestação de informações falsas."
3. Este dispositivo constitucional consagra importante instrumento do poder fiscalizatório do Legislativo sobre os atos do Poder Executivo.
4. Em atendimento ao requerimento, foi apresentada manifestação pelo IBGE, por meio das Informações Gerais Prestadas pela Diretoria de Pesquisas Nota Informativa IBGE e Ofício nº 020/2025/IBGE.
5. Da análise das manifestações apresentadas, verifica-se que o IBGE forneceu informações detalhadas sobre os questionamentos presentes no Requerimento de Informação em apreço.
6. As manifestações foram produzidas dentro do prazo constitucional de trinta dias, utilizando linguagem técnica adequada e fornecendo contextualização apropriada das informações prestadas. As respostas demonstraram efetiva disponibilização das informações solicitadas, com dados precisos e documentados, completude no atendimento aos questionamentos e clareza na apresentação das informações.
7. Pelo exposto, concluo que as informações prestadas pelo IBGE atendem adequadamente aos requisitos do art. 50, §2º, da Constituição Federal, tendo em vista a efetiva disponibilização das informações solicitadas, com dados precisos e documentados, a completude das respostas, a clareza e objetividade na apresentação das informações e a observância do prazo constitucional.
8. Recomendo o envio desta análise à ASPAR/MPO.

À consideração superior.

À consideração superior.

Brasília, 28 de janeiro de 2025.

PAULO FERNANDO FEIJÓ TORRES JUNIOR

Atenção, a consulta ao processo eletrônico está disponível em <https://supersapiens.agu.gov.br> mediante o fornecimento do Número Único de Protocolo (NUP) 03101003723202404 e da chave de acesso ed5eef98



Documento assinado eletronicamente por JURANDI FERREIRA DE SOUZA NETO, com certificado A1 institucional (*.AGU.GOV.BR), de acordo com os normativos legais aplicáveis. A conferência da autenticidade do documento está disponível com o código 1834705658 e chave de acesso ed5eef98 no endereço eletrônico <https://sapiens.agu.gov.br>. Informações adicionais: Signatário (a): JURANDI FERREIRA DE SOUZA NETO, com certificado A1 institucional (*.AGU.GOV.BR). Data e Hora: 31-01-2025 14:32. Número de Série: 24688056426646610828629120681. Emissor: Autoridade Certificadora do SERPRO Final SSL.



Documento assinado eletronicamente por PAULO FERNANDO FEIJÓ TORRES JUNIOR, com certificado A1 institucional (*.AGU.GOV.BR), de acordo com os normativos legais aplicáveis. A conferência da autenticidade do documento está disponível com o código 1834705658 e chave de acesso ed5eef98 no endereço eletrônico <https://sapiens.agu.gov.br>. Informações adicionais: Signatário (a): PAULO FERNANDO FEIJÓ TORRES JUNIOR, com certificado A1 institucional (*.AGU.GOV.BR). Data e Hora: 28-01-2025 18:21. Número de Série: 24688056426646610828629120681. Emissor: Autoridade Certificadora do SERPRO Final SSL.



ADVOCACIA-GERAL DA UNIÃO
CONSULTORIA-GERAL DA UNIÃO
CONSULTORIA JURÍDICA JUNTO AO MINISTÉRIO DO PLANEJAMENTO E ORÇAMENTO
GABINETE DA CONSULTORIA JURÍDICA

ESPLANADA DOS MINISTÉRIOS - BLOCO K - 8º ANDAR - SALA 846 - CEP: 70040-906 - BRASÍLIA - DF

DESPACHO n. 00106/2025/CONJUR-MPO/CGU/AGU

NUP: 03101.003723/2024-04

INTERESSADOS: PRIMEIRA-SECRETARIA DA CÂMARA DOS DEPUTADOS

ASSUNTOS: REQUERIMENTO

Aprovo o documento em anexo.

Brasília, 31 de janeiro de 2025.

JURANDI FERREIRA DE SOUZA NETO
Procurador da Fazenda Nacional
Consultor Jurídico do Ministério do Planejamento e Orçamento

Atenção, a consulta ao processo eletrônico está disponível em <https://supersapiens.agu.gov.br> mediante o fornecimento do Número Único de Protocolo (NUP) 03101003723202404 e da chave de acesso ed5eef98



Documento assinado eletronicamente por JURANDI FERREIRA DE SOUZA NETO, com certificado A1 institucional (*.AGU.GOV.BR), de acordo com os normativos legais aplicáveis. A conferência da autenticidade do documento está disponível com o código 1839232255 e chave de acesso ed5eef98 no endereço eletrônico <https://sapiens.agu.gov.br>. Informações adicionais: Signatário (a): JURANDI FERREIRA DE SOUZA NETO, com certificado A1 institucional (*.AGU.GOV.BR). Data e Hora: 31-01-2025 14:32. Número de Série: 24688056426646610828629120681. Emissor: Autoridade Certificadora do SERPRO Final SSL.